**PARADA DE LUCAS: cuidados para a primeira infância em uma favela carioca**

*Renata Tavares da Silva Guimarães[[1]](#footnote-1)*

Trabalho financiado pela Fundação Bernard Van Leer

**EIXO TEMÁTICO:** Políticas públicas para as crianças e com elas

**RESUMO**

O presente texto propõe algumas análises resultantes de uma pesquisa realizada na favela de Parada de Lucas, no Rio de Janeiro. O objetivo principal da investigação foi produzir visibilidades sobre espaços urbanos, onde crianças de 0 a 8 anos se desenvolvem, para além de suas casas. Através de técnicas da metodologia participativa foram realizadas entrevistas e grupos focais. Os estudos críticos da infância embasaram a relação com o campo. Almeja-se que as análises resultantes possam contribuir com políticas públicas, que visem ampliar número de lugares seguros para as crianças em seus territórios.

Palavras-Chave: Criança; Favela; Cidade; Políticas Públicas; Participação

**INTRODUÇÃO**

Este texto pretende compartilhar algumas análises e desdobramentos da pesquisa “Espaços Seguros para a Primeira Infância” (ESPI)[[2]](#footnote-2), desenvolvida na favela de Para­da de Lucas, na cidade do Rio de Janeiro. Esta investigação é parte de uma linha de pesqui­sa e ação com foco sobre as crianças na primeira infância, desenvol­vida pelo Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância, em convênio com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janei­ro (CIESPI/PUC-Rio) e com o apoio da Fundação Bernard van Leer.

Recentes pesquisas em âmbito internacional[[3]](#footnote-3) têm afirmado a importância de se investir no cuidado de crianças pequenas visando ao seu desenvolvimento integral. Compreende-se que nos primeiros anos de vida são estabelecidas as bases para o desenvolvimento integral em suas várias dimensões: cognitiva, emocional e social. Tais pesquisas também apontam que crianças pequenas têm se desenvolvido em contato cada vez menor com a natureza, com ambientes abertos ou ao ar livre.

Os iminentes confrontos armados e a precariedade das infraestruturas de saneamento e lazer, dentre outros aspectos, são motivos comuns da busca por lugares fechados para as crianças brincarem, principalmente em favelas cariocas. Tal realidade contrapõe o que afirma o art. 17, do Marco Legal da Primeira Infância (2016), no que se refere o bem-estar, o brincar e o exercício da criatividade que o Poder Público deve prover em locais públicos e privados onde haja circulação de crianças, de forma livre e segura em seus territórios.

Uma das metas da pesquisa ESPI foi e continua sendo compartilhar as análises produzidas com as organizações pesquisadas, Clínica da Família local, academia e poder público, no intuito de possibilitar o desenvolvimento de estratégias para subsidiar políticas e práticas locais e municipais. Espera-se com isso contribuir para a priorização da primeira infância no Brasil urbano, respeitando sua diversidade e suas especificidades locais e geracionais.

**A PESQUISA E A FAVELA**

Durante seus trinta anos de atuação, o CIESPI tem levado em consideração que as favelas demonstram grande diver­sidade para além de suas diferenças geográficas, a exemplo das suas histórias de ocupação, inserções do Estado e exposição à violência, para citar alguns fatores. Tendo em vista as singularidades destas localidades, buscou-se conhecer elementos do cotidiano de vida das crianças na primeira infância em dois territó­rios, um na zona sul e outro na zona norte da cidade do Rio de Janeiro.

A primeira comunidade pesquisada foi a Rocinha[[4]](#footnote-4), escolhida por ser uma comunidade inserida numa região da cidade valorizada econo­micamente, a zona sul. Diferentemente da Rocinha, Parada de Lucas não era uma favela conhecida pela equipe do CIESPI/PUC-Rio. Pesquisar em Parada de Lucas foi desafiador, pois tratou-se de conhecer este território a partir de poucas informações disponíveis. Os dados compilados no site da Prefeitura do Rio de Janeiro não traduziam a realidade da favela de Parada de Lucas, uma vez que se referiam ao bairro de mesmo nome e bem mais amplo. O CIESPI focou e restringiu a pesquisa “Espaços Seguros para a Primeira Infância” (ESPI) à favela e não ao bairro como um todo. A disparidade era tão marcante que considerou-se que os dados do bairro, de fato, pouco refletiam a dura realidade da favela[[5]](#footnote-5). Foram necessários muitos encontros, entrevistas e caminhadas pelas ruas e becos para relatar o que segue neste texto.

**PROCESSOS METODOLÓGICOS**

Com o objetivo de conhecer melhor o território, desenhou-se uma aproximação com o campo de pesquisa que incluiu: um grupo focal com Agentes Comunitários de Saúde (ACSs), entrevista com o presidente da associação de moradores, participação na reunião do colegiado, promovida pela Clínica da Família e na reunião da 4ª Coordenadoria de Desenvolvimento Social (CDS), realizada na ONG AfroReggae.

Por uma questão de segurança e por desconhecermos a geografia e a dinâmica do local, contatamos uma pessoa de referência, atuante numa associação comunitária, o Núcleo de Primeiros Socorros de Parada de Lucas, para nos acompanhar durante todas as caminhadas e entrevistas. Sempre telefonávamos para a nossa guia antes de entrar e ela informava se o ambiente estava propício ou não para caminhadas pela favela. Ao caminhar e interagir com imagens, cores, cheiros e sons de Parada de Lucas, concluímos que esta seria a escolha acertada para os contrapontos necessários às análises propostas pela pesquisa ESPI.

Para fins da pesquisa, foram selecionadas doze organizações, das vinte e oito mapeadas na favela de Parada de Lucas. Esta seleção baseou-se em características trazidas pelos ACSs no grupo focal e por nossa guia. A escolha das iniciativas da amostra procurou contemplar tipos diferentes de espaços como creche, escola, iniciativas esportivas, de arte e cultura e instituições de saúde, distribuídos em todo o território.

Buscou-se entrevistar o responsável pela organização ou iniciativa, por meio de um questionário semiaberto composto por trinta questões. Os principais tópicos abordados eram referentes à clientela, atividades realizadas, financiamento[[6]](#footnote-6), estrutura, dificuldades, segurança e melhorias desejadas. A questão da segurança foi abordada respeitando a avaliação de cada um dos entrevistados. Usou-se como parâmetro espaços internos e externos à casa, seguros ou não, frequentados por crianças de zero a oito anos de idade, moradoras da comunidade de Parada de Lucas.

**RESULTADOS E ANÁLISES**

No estudo realizado em Parada de Lucas foram identificadas vinte e oito instituições com atividades oferecidas para crianças pequenas no espaço da comunidade. Os próprios moradores foram responsáveis pelo surgimento de 58% das instituições existentes. Esse fato reflete o protagonismo da comunidade, por um lado, mas também representa a lacuna deixada pelo Estado.

Os números das organizações e das vagas oferecidas eram insuficientes diante das demandas familiares. O número reduzido de serviços básicos de educação e saúde dentro da comunidade faz com que os moradores acessem serviços de seu entorno. Esse deslocamento pareceu naturalizado pelas famílias, que não demonstraram se incomodar com travessias perigosas, como a da Avenida Brasil, ou longas caminhadas para acessarem os serviços localizados em bairros vizinhos.

As equipes que atuam com as crianças nas organizações e iniciativas da amostra totalizam cento e cinquenta profissionais, sendo 26% ocupantes de cargos que demandam nível superior. As creches e pré-escolas particulares da comunidade, também denominadas pela população de “escolas de fundo de quintal”, não são registradas. Funcionam na ilegalidade, não recebem fiscalização da Secretaria de Educação e, por isso, limitam-se a atender crianças até os seis anos incompletos, já que para oferecer o Ensino Fundamental é necessário obter o registro da prefeitura.

Na comunidade de Parada de Lucas a maioria (58%) das organizações entrevistadas era particular, dependentes das mensalidades pagas pelas famílias das crianças atendidas. Muitas relataram que as famílias não costumam atrasar o pagamento e, quando o fazem, é porque não têm realmente como pagar.

O horário de permanência da criança com a cuidadora varia de acordo com a necessidade da família. Uma das cuidadoras relatou que é muito comum a seguinte rotina: chegada das crianças às seis horas da manhã; às sete e meia a cuidadora ou uma auxiliar leva as crianças que estudam no turno da manhã para a escola; pega de volta ao meio-dia; às treze horas a cuidadora leva as crianças que estudam no período da tarde, busca novamente às dezessete horas e o responsável chega somente por volta das dezenove horas. Tem pais que precisam deixar as crianças até mais tarde e outros, inclusive, nos fins de semana.

Alguns relatos, principalmente de gestoras de escolas particulares, enfatizaram o interesse em proporcionar para a criança um ambiente diferente do encontrado em casa, muitas vezes permeado por violência (brigas entre os responsáveis) e uso excessivo de jogos eletrônicos e TV. *“As crianças aqui não vão ficar o dia todo vendo TV, não! Quero fazer a diferença na vida delas”,* afirma uma das entrevistadas.

A maioria dos entrevistados trouxe questões relacionadas às famílias das crianças, mencionando que variáveis diversas do comportamento infantil como humor, disponibilidade para a participação, irritabilidade, dentre outras, são intensamente influenciadas pelo grau de estresse da família. Nesta perspectiva, identificamos fatores externos e internos do dinamismo familiar que influenciam na relação dos pais/responsáveis com a criança e entre si.

É importante ressaltar que, geralmente, os pais/responsáveis saem da comunidade às seis horas e só voltam às dezenove horas, enfrentando nestes deslocamentos as agruras do trânsito da cidade do Rio de Janeiro. Segundo relatos, estima-se que o translado casa-trabalho de quem trabalha na zona sul dure, em média, 4 horas diárias (2 horas em cada percurso). Os meios de transporte não oferecem conforto, pois ônibus, trem e metrô estão sempre lotados nos horários de maior tráfego. Além do cansaço com a viagem, o tempo de deslocamento configura-se como tempo precioso em que os responsáveis poderiam estar com seus filhos, em momentos de lazer ou fazendo atividades necessárias ao dia a dia da casa.

O acesso representa um momento tenso tanto para as famílias, quanto para as iniciativas comunitárias, pois trata-se de um inevitável percurso que a criança pequena faz para chegar às creches, escolas, igrejas etc. A tensão deve-se principalmente às incursões policiais e tiroteios. o trânsito de Parada de Lucas não é caótico e não há circulação de ônibus dentro da comunidade. No entanto, quando surge qualquer ameaça ao movimento do tráfico de drogas, as motos passam a circular por becos e ruelas em velocidade muito alta, *“sem respeitar quem está na frente”*. Alguns entrevistados relataram que tal “correria” de motos pode acontecer em qualquer lugar da comunidade e em qualquer hora do dia.

**CONCLUSÃO**

O termo segurança vem do latim *securitas* e implica minimizar ou eliminar qualquer tipo de risco, como os que são relativos ao contexto social, geográfico, político etc. Segundo o artigo III da Declaração Universal dos Direitos Humanos *“Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”*. Esse artigo evidencia que a segurança humana transcende o conceito mais amplo de segurança pública ao defender a segurança individual e comunitária das pessoas e das sociedades. Como é possível perceber, o termo “segurança”pode ser lido em diferentes âmbitos e assumir significados contextualizados que tornam sua análise complexa.

Nos ambientes da pesquisa notamos que ele se vincula diretamente à “resiliência”, ou seja, à capacidade de adaptação às adversidades, tendo em vista que se vive em um contexto extremamente inseguro devido à presença da violência armada, especialmente.

Durante as entrevistas ficou claro que as pessoas compreendem *“*segurança*”* como um conjunto de medidas assumidas para proteger-se desta e de outras formas de violência, buscando estar seguras, mesmo que provisoriamente. As famílias e instituições em Parada de Lucas devem fazer, em seu cotidiano, esforços contínuos para evitar a exposição às situações mais perigosas.

Desta forma, compreendeu-se por que razão a maioria dos entrevistados na amostra intencional afirmou que suas organizações são consideradas um espaço seguro para crianças, ainda que em meio a fragilidades diversas. Dentro delas o risco da criança morrer alvejada por balas perdidas é bem menor do que brincando na rua, o que é dito de forma explícita nos depoimentos compilados por esta pesquisa.

Conclui-se que os inúmeros desafios identificados precisam ganhar mais visibilidade, discussões comunitárias e elaboração de estratégias para pressionar e ativar a atuação do Poder Público. Esperamos que esta pesquisa sirva como instrumento para a construção de planos de ação que venham contribuir para a criação e ampliação de lugares adequados para crianças de zero a oito anos de idade se desenvolverem de forma mais segura em Parada de Lucas. Indicamos, também, que esta pesquisa seja utilizada para inspirar e subsidiar ações governamentais, comunitárias e da sociedade civil para a implementação de leis vigentes e do Plano Municipal pela Primeira Infância no Rio de Janeiro.

# BIBLIOGRAFIA

CASTRO, Lucia Rabello de; BESSET, Vera Lopes. **Pesquisa-intervenção na infância e juventude.** Rio de Janeiro: Nau, 2008.

RIZZINI, Irene, et al (orgs).**Crianças, adolescentes, pobreza, marginalidade na América Latina e Caribe: relações indissociáveis?** Rio de Janeiro: Editora 4mãos / FAPERJ, 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4ª edição, São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. (Org.). **Crianças e miúdos: perspectivas sócio-pedagógicas da infância e educação.** Porto: Asa, 2004. p. 9-34.

ZALUAR, A. & ALVITO, M. (orgs.). (1998). **Um Século de Favela.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

# ARQUIVOS ELETRÔNICOS CONSULTADOS

BRASIL. **Marco Legal da Primeira Infância** - Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm>. Acesso em: 30 ago. 2017.

CENTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE A INFÂNCIA (CIESPI/PUC-Rio). **A importância da primeira infância**. Disponível em: <<http://www.ciespi.org.br/primeira_infancia/linha-de-acao>>. Acesso em: 18 out. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo mostra as diferenças territoriais das comunidades brasileiras**. 2011. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/11/censo-2010-mostra-as-caracteristicas-e-diferencas-territoriais-das-comunidades-brasileira>>. Acesso em: 20 out. 2016.

**O QUE É SEGURANÇA?** Folha de S. Paulo. Publicado em: 13 fev. 2012. Disponível em: <<http://direito.folha.uol.com.br/em-seguranccedila/o-que-segurana-parte-1-de-3>>. Acesso em: 8 nov. 2016.

OZON, Cynthia; BUSH, Malcolm. **Relatório da pesquisa Espaços Seguros para a Primeira Infância na Rocinha**. 2016. Disponível em: <<http://www.ciespi.org.br/noticias/783-ciespi-lanca-pesquisa-com-foco-sobre-espacos-seguros-para-criancas-na-primeira-infancia>>. Acesso em: 11 out. 2016.

**PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA NO RIO DE JANEIRO**. Deliberação nº 1.042/2013. Aprovado em 11 de novembro de 2013. Disponível em: <http://www.ciespi.org.br/images/pdfs/PMPI\_CMDCA\_2013\_comissao\_redacao%20final\_IR\_CP\_21\_nov\_5.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

1. Psicóloga (UFF), Mestre em Psicologia (UFF). Doutoranda em Psicologia (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, BR. Contato: retsg.ufrj@gmail.com. [↑](#footnote-ref-1)
2. O estudo mais abrangente sobre esta pesquisa está disponível no relatório: TAVARES, R. e BUSH, M. Relatório da pesquisa Espaços Seguros para a Primeira Infância em Parada de Lucas, 2017. Disponível em: <http://www.ciespi.org.br/Publicacoes/Pesquisa-e-politicas-publicas-16?from%5Finfo%5Findex=11>. Acesso em: 28 out. 2019. [↑](#footnote-ref-2)
3. CENTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE A INFÂNCIA (CIESPI/PUC-Rio). **Primeira infância - pesquisas em âmbito internacional**. Disponível em: <http://www.ciespi.org.br/primeira_infancia/pesquisas/pesquisas-em-ambito-internacional>. Acesso em: 26 out. 2016. [↑](#footnote-ref-3)
4. Para saber mais, acesse: OZON, C. e BUSH, M. Relatório da pesquisa Espaços Seguros para a Primeira Infância na Rocinha, 2016. Disponível em: <http://www.ciespi.org.br/media/Pesquisas%20e%20Politicas%20Publicas/1ESPI\_Relatorio.pdf>. Acesso em: 26 out. 2017. [↑](#footnote-ref-4)
5. Segundo dados da Clínica da Família, a comunidade/favela Parada de Lucas concentra em um espaço menor, um maior número de moradores em relação ao restante do bairro. A comunidade possui 3.772 domicílios e 13.512 habitantes com uma média de 3,6 pessoas por domicílio, segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2010. [↑](#footnote-ref-5)
6. O termo “financiamento” neste contexto refere-se às formas de sustentabilidade financeira das instituições entrevistadas. [↑](#footnote-ref-6)